

PRÁTICAS GRUPAIS NA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – REVISÃO DA LITERATURA

GROUP PRACTICES IN THE PSYCHOSOCIAL CARE NETWORK - A LITERATURE REVIEW

DOI: <https://doi.org/10.16891/2317-434X.v10.e3.a2022.pp1465-1474> Recebido em: 14.03.2022 | Aceito em: 16.07.2022

Daniel Cerdeira de Souza^{a*}, Eduardo Jorge Sant'Ana Honorato^b

**Universidade Federal de Santa Catarina^a
Universidade do Estado do Amazonas^b
E-mail: dancerdeira01@gmail.com**

RESUMO

Analisamos a literatura sobre as práticas grupais realizadas na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). O estudo trata-se de uma revisão integrativa, onde 14 artigos, coletados no Periódicos CAPES e na Biblioteca Virtual de Saúde, foram analisados a partir da Análise de Conteúdo. Os dados possibilitaram a organização de três categorias: 1) Matriciamento; 2) Desafios e facilitadores do trabalho com grupo na RAPS. 3) Resultados dos trabalhos com grupos na RAPS. Observamos que as práticas grupais na RAPS podem ser compreendidas a partir da proposta de Grupo Operativo, de Pichon-Revière e são uma tecnologia de cuidado integral que traz resultados significativos para a reinserção social e exercício da cidadania, mas tais práticas ainda esbarram em barreiras institucionais, burocráticas e em aspectos do tratamento manicomial ainda presentes na rede. Concluimos que é necessário o investimento em formação continuada para que as práticas grupais sejam potencializadas e tragam resultados ainda mais expressivos.

Palavras-chave: Grupos; Grupo Operativo; Saúde Mental.

ABSTRACT

We analyzed the literature on group practices in the Brazilian Psychosocial Care Network (RAPS). The study is an integrative review, where 14 articles, collected in CAPES Periodicals and the Virtual Health Library, were analyzed using Content Analysis. The data allowed the organization in three categories: 1) Matrix support; 2) Challenges and facilitators of group work in RAPS. 3) Results of work with groups at RAPS. We observed that group practices in RAPS can be understood from Pichon-Revière's Operative Group proposal and are a technology of comprehensive care that brings significant results for social reintegration and the exercise of citizenship, but such practices still come up against institutional barriers, bureaucratic and aspects of asylum treatment present in the network. We concluded it is necessary to invest in continuing education so that group practices are enhanced and may bring even more expressive results.

Keyword: Groups; Operating Group; Mental health.

INTRODUÇÃO

Os transtornos mentais são apontados como uma das grandes causas de incapacidade em todo o mundo, mas historicamente, o tratamento destinado a pessoas em sofrimento psíquico era baseado em violência e exclusão (LEMOS, 2019). Começamos a ver mudanças nesse processo no Brasil a partir da reforma psiquiátrica (RP), que teve seu início em meados da década de 1970, na luta pela redemocratização brasileira. Ela consiste em um movimento histórico, social, político e cultural que visa mudar a relação que a sociedade tem com a loucura e possibilita a construção de conhecimentos, tecnologias de cuidado integral de base comunitária realizados em liberdade, leis e produtos culturais que humanizem a pessoa em sofrimento psíquico e devolvam a ela sua cidadania roubada pelas práticas de violência institucionalizada e segregação advindas do modelo de tratamento manicomial (TENÓRIO, 2002).

A RP tem impacto nacional e sua articulação culminou na promulgação da Lei 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental (SM). Esse redirecionamento trouxe à tona diversas estratégias de atendimento comunitário a pessoas em sofrimento psíquico, culminando na organização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela portaria 3.088/2011 do Ministério da Saúde (MS). A RAPS tem como objetivos promover um cuidado integral a pessoas com transtornos mentais e pessoas com necessidades advindas do uso de crack, álcool e outras drogas e é formada por diversos serviços nos três níveis de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS), como a Atenção Básica; a atenção psicossocial especializada nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (serviço substitutivo e norteador da Política Nacional de Saúde Mental - PNSM); a urgência e emergência; a atenção residencial; a atenção hospitalar; serviços de desinstitucionalização e a reabilitação psicossocial.

Nesse sentido, os grupos, como tecnologia de cuidado integral, podem ter papel importante nas novas metodologias de tratamento em SM na RAPS, visto sua contribuição para os processos de ressocialização e inclusão social e permitem uma rica troca de experiências e transformações subjetivas que dificilmente seriam alcançadas em atendimentos individuais. Costa e Figueiredo (2004), reconhecem o potencial das atividades grupais como: 1) um espaço de convivência; 2) um lugar onde pessoas em sofrimento psíquico podem desenvolver habilidades mais pragmáticas; e 3) podem obter uma

formação profissionalizante que os auxiliem na retomada de seus direitos como cidadãos.

A literatura relata o Grupo Operativo (GO) como um embasamento teórico referência das práticas grupais realizadas na RAPS (JUCÁ et. al., 2010). O GO foi sistematizado por Pichon-Rivière na Argentina, a partir da experiência em que, na paralisação de profissionais da enfermagem, pacientes menos comprometidos cuidavam de pacientes mais comprometidos em um hospital no país e corresponde a um grupo de pessoas movidas por necessidades semelhantes, que se reúnem em torno de uma tarefa específica. Sua finalidade é a solução de situações estereotipadas, de dificuldades de aprendizagem e de comunicação, mobilizando processos de mudança, fortalecendo a adaptação dos sujeitos a realidade a partir do rompimento de estereótipos, revisão de papéis sociais, elaboração de perdas e superação de resistências a mudança (PICHON-RIVIÈRE, 1998a).

De acordo com Pichon-Rivière (1998b), os GO abrangem quatro tipos de atuação: 1) Ensino-aprendizagem: tem como tarefa essencial refletir sobre temas e questões de interesse comum; 2) Institucionais: grupos formados por igrejas, escolas, sindicatos, promovendo reuniões com vistas ao debate de questões do seu interesse; 3) Comunitário: Pode ser utilizado nos programas de saúde em que profissionais são treinados para a integração e incentivo das capacidades grupais; 4) Terapêuticos: objetiva a melhoria das situações de sofrimento. Dessa maneira, o objetivo deste estudo foi identificar quais práticas grupais estão sendo realizadas na RAPS entre os anos de 2017-2022.

METODOLOGIA

O estudo consiste em uma revisão integrativa (RI), que é ampla e inclui estudos teóricos e empíricos, bem como auxilia na revisão de métodos de pesquisa. A metodologia seguiu o proposto por Whitemore e Knafl (2005) que explicam que a RI deve seguir os seguintes passos:

1) Identificação do problema: Diz respeito ao objetivo da RI, que neste caso foi identificar as práticas grupais realizadas na RAPS.

2) O segundo passo corresponde a coleta dos dados, onde a coleta iniciou na definição dos descritores de busca, sendo “Grupos”; “Rede de Atenção Psicossocial”; “Saúde Mental”, “Psicoterapia de Grupo”, validados nos Descritores da Biblioteca Virtual de Saúde (Dec’s BVS). Os portais de coleta foram o Periódicos CAPES e a Biblioteca Virtual de Saúde - BVS, que foram

escolhidas devido ao seu caráter de acesso público aos artigos científicos e por agregarem diversas bases científicas. A coleta foi realizada nos dois primeiros dias de fevereiro de 2022. Os critérios de inclusão foram: Artigos publicados em revistas indexadas revisadas por pares sobre o tema da pesquisa, publicados em língua portuguesa (devido a especificidade do tema), entre janeiro de 2017 a janeiro de 2022. Como critérios de exclusão, removemos outras formas de publicação (artigos de jornal, artigos de anais de eventos, artigos de jornais e outros veículos midiáticos não científicos, livros, dissertações, tese, editoriais, resenhas e afins), artigos publicados fora da temporalidade específica e em línguas diferentes da portuguesa. O total de resultados coletados foi de 126 conforme detalhado a seguir.

No Portal Periódicos CAPES foram coletados 78 resultados, sendo: a partir da combinação dos descritores “Grupo AND Saúde Mental AND Rede de Atenção Psicossocial” obtivemos 50 resultados e com a combinação de descritores “Psicoterapia de Grupo AND Rede de Atenção Psicossocial”, obtivemos 28 resultados. Na Biblioteca Virtual de Saúde obtivemos 48 resultados, onde com a aplicação dos descritores “Grupo AND Saúde Mental AND Rede de Atenção Psicossocial”, obtivemos 45 resultados. Com a aplicação dos descritores “Psicoterapia de Grupo AND Rede de Atenção Psicossocial”, obtivemos 3 resultados.

3) O terceiro passo correspondeu a avaliação dos dados coletados. Assim, foram lidos os títulos, resumos e palavras-chave dos 126 resultados coletados. Do Portal periódicos Capes, excluímos 68 resultados e do Portal BVS, excluímos 35. Os motivos das exclusões foram: artigos que não versavam sobre o tema do estudo e resultados que não estavam no formato de artigos científicos, mas que estavam indexados nos portais. O próximo passo foi a exclusão dos artigos repetidos entre as

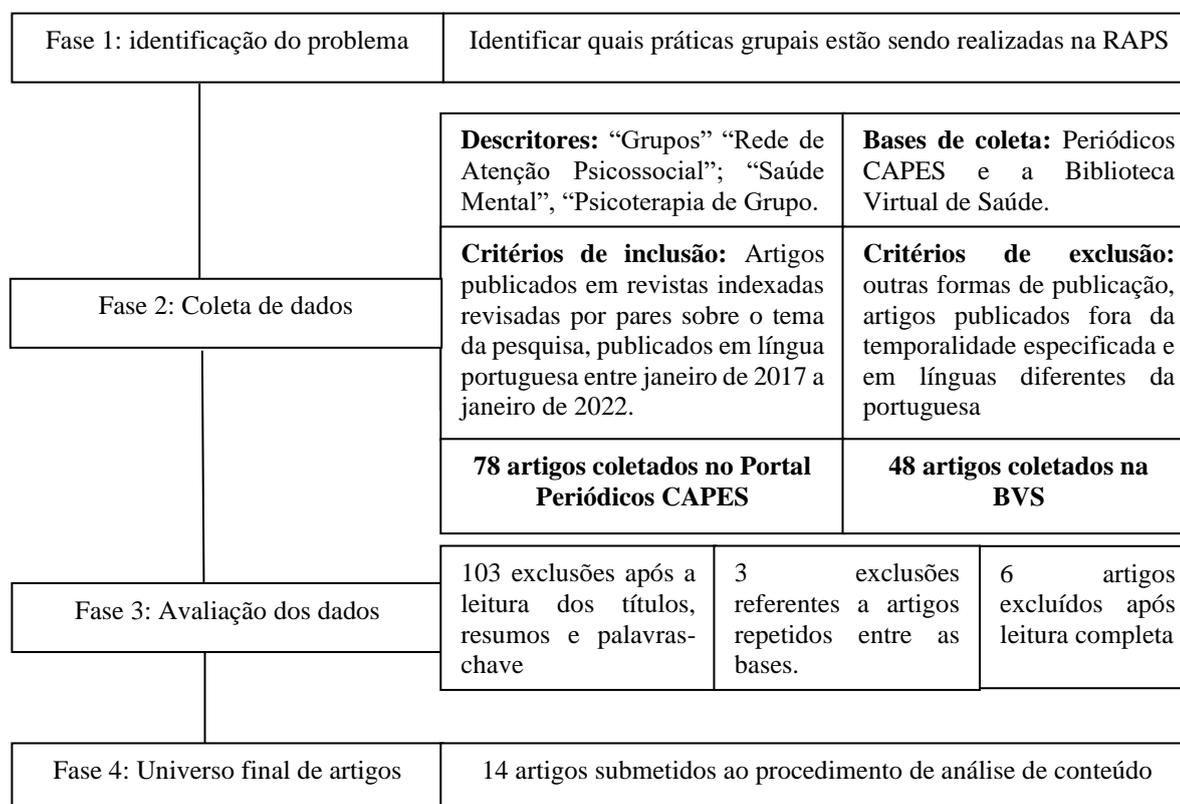
bases. Listamos os 23 artigos restantes em uma planilha Excel e três foram excluídos.

4) A quarta etapa foi a análise e interpretação dos dados: Para essa etapa, restaram 20 artigos, os quais passaram por leitura completa. Utilizamos um instrumento, chamado “protocolo de RI”, que nos auxiliou na análise descritiva inicial dos artigos. Este protocolo baseia-se no estudo de Evans e Pearson (2001) e conteve: a pergunta da revisão, os critérios de inclusão e as estratégias de busca, assim descritos: i) a identificação (título do artigo, título da revista em que foi publicado o artigo, área do periódico, base de dados, ano e autores e país da publicação); ii) metodologia do estudo; iii) as principais considerações/resultados e pergunta da pesquisa e iv) um campo para que se justifique caso o estudo seja excluído da amostra final. Após a análise, o revisor deu seu parecer de “selecionado” ou “não selecionado” para cada artigo, seguindo o critério de relevância do estudo na revisão. Nessa etapa foram excluídos seis artigos, por não contemplarem o tema deste estudo.

O universo final desta revisão foi composto então, por 14 artigos que foram analisados a partir da Análise de Conteúdo, que segundo Bardin (2011), é realizada em três fases: I) Pró-análise: É a organização de todos os materiais utilizados na coleta dos dados (correspondente a organização e leitura dos artigos no protocolo). II) Exploração do Material: que consiste nas operações de codificação em função das regras que já foram previamente formuladas (após a leitura no protocolo, criou-se as categorias). III) Tratamento dos resultados: É a fase de análise propriamente dita, onde os resultados brutos serão tratados de maneira a serem significativos.

O passo a passo da pesquisa pode ser observado no fluxograma 1, a seguir:

Fluxograma 1. Coleta e tratativa de artigos



Fonte: Elaborado pelos autores a partir da revisão da literatura.

RESULTADOS

Dos 14 artigos selecionados, quatro foram resultantes da coleta no Portal Periódicos CAPES e 10 da Biblioteca Virtual de Saúde, onde três foram publicados em 2017, um em 2018, cinco em 2019, um em 2020, dois em 2021 e dois em 2022. Quanto ao método, sete utilizaram da metodologia qualitativa, um consistia em uma revisão sistemática, um era uma pesquisa documental e outros cinco eram relatos de experiência. Não foram encontrados artigos de métodos quantitativos ou quali-quantitativos. Minayo e Deslandes (2007) discutem que a pesquisa qualitativa busca entrar em contato com um universo de sentidos, significados, crenças e afins. Esse processo dialético, saindo da generalização e indo à descoberta (GÜNTHER, 2006). Nas pesquisas qualitativas analisadas, os dois instrumentos de construção de dados privilegiados foram a entrevista semiestruturada e o grupo focal. A entrevista semiestruturada consiste em

um encontro dialógico para a construção de informações sobre determinado assunto, ela segue um roteiro flexível e tem como base o diálogo entre os envolvidos (BREAKWELL et al., 2010). O grupo focal técnica que supõe a obtenção de dados a partir de uma entrevista em grupo que faz emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado (GATTI, 2005).

Foi observado que o segundo tipo de publicação mais expressiva foi o relato de experiência, que consiste numa representação documental de uma experiência vivenciada, que pode contribuir para a ampliação de discussões sobre a temática relatada, mas que muitas vezes sofre resistência para ser pensado como documento científico devido a noções positivistas do que seria ciência ou não (DALTRO, FARIA, 2019). No quadro 1, apresentamos o quadro de artigos analisados nesse estudo:

Quadro 1. Artigos analisados

Base	Artigo	Autores, ano, método
BVS	Fatores impulsores e restritivos da prática com grupos em serviços comunitários de atenção psicossocial.	Nunes, et al/2022/Qualitativo.
	Grupo autoestima: experiência de grupo operativo em CAPS.	de Souza, Oliveira /2021/ Relato de experiência.
	Coletivo TiVi Piraí: saúde mental e comunicação.	Soares, 2021/ Relato de Experiência
	O apoio matricial na rede de atenção às pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas.	Faria, Ferigato & Lussi. /2020/ Qualitativo
	Grupos psicoeducativos com familiares dos usuários de um Centro de Atenção Psicossocial.	Arantes, Picasso & Silva /2019/ Relato de Experiência
	A importância da atividade em grupo para familiares de pessoas com transtornos mentais em centro de atenção psicossocial – um olhar do terapeuta ocupacional.	Carrapato /2019/ Relato de Experiência.
	Articulação entre o apoio matricial em saúde mental e redes de atenção à saúde.	Hirdes & Silva/ 2017. Qualitativo
	O matriciamento em saúde mental na perspectiva dos gestores.	Iglesias & Avellar/ 2017/ Qualitativo
	Oficinas com Usuários de Saúde Mental: a Família como Tema de Reflexão.	Coelho, Veloso /2017/Relato de experiência
	Grupo de mulheres: um lugar de escuta clínica para mulheres em um Centro de atenção psicossocial.	Macedo & Souza. 2021/Relato de Experiência
CAPES	Matriciamento em Saúde Mental: práticas e concepções trazidas por equipes de referência, matriciadores e gestores.	Iglesias & Avellar /2019/ Qualitativo
	Articulação das políticas públicas de saúde mental e economia solidária – iniciativas de geração de trabalho e renda.	Oliveira et al. /2018/ Documental.
	Núcleo de Apoio à Saúde da Família e os desafios para a saúde mental na atenção básica.	Alvarez, Vieira & Almeida/ 2019/Revisão Sistemática
	O apoio matricial na Atenção Primária em Saúde no município do Rio de Janeiro: uma percepção dos matriciadores com foco na Saúde Mental.	Chazan et.al. /2019/ Qualitativo

Fonte: Elaboração dos autores a partir da revisão da literatura.

Abaixo, apresentamos as categorias que descrevem os resultados da revisão, a partir da AC de Bardin (2011).

Matriciamento

O matriciamento foi relatado na literatura como uma prática grupal entre os profissionais de saúde, que potencializa o atendimento comunitário em SM. O matriciamento tem potencial para aproximar as unidades de saúde e o CAPS, bem como aproximar o CAPS e o território (IGLESIAS, AVELLAR, 2017). As reuniões entre as equipes de saúde favorecem não somente o diálogo, mas ampliam as possibilidades de fomento de um cuidado integral à pessoa em sofrimento psíquico, por meio do envolvimento de vários serviços, setores e atores na empreitada da desinstitucionalização e promoção à saúde, além de ser uma possibilidade de formação continuada em serviço (IGLESIAS, AVELLAR, 2019), desde que a troca de informações ocorra de maneira horizontalizada (FARIA, FERIGATO, LUSSI, 2020). A horizontalidade é um conceito estruturante da proposta de apoio matricial, pois essa se baseia em relações dialógicas onde um saber não se sobrepõe hierarquicamente ao outro e ela contribui para a distribuição do poder, buscando a coparticipação, reconhecendo a complementaridade dos saberes (CHAZAN et. al., 2019).

De acordo com Hirdes e Silva (2017), o matriciamento tem como desafio a eliminação de barreiras de acesso ao encaminhamento de pacientes impostas por gestões de saúde, que dificultam esse processo sob a justificativa de que existe o apoio matricial, a mesma demanda é citada por Faria, Ferigato e Lussi (2020), que relataram a dificuldade de encaminhamento de pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas da AB para o CAPS AD, na justificativa de existência do matriciamento no serviço, que deveria resolver as demandas e impedir os encaminhamentos.

Ainda foi possível observar desafios ao matriciamento em SM na AB. Alvarez, Vieira e Almeida (2019) discutem que entre os principais desafios do NASF na relação saúde mental-atenção básica, há: 1) predominância de um modelo biomédico em detrimento de um modo de trabalhar pautado no coletivo; 2) dificuldade em compreender e realizar o apoio matricial; e 3) isolamento e baixo grau de comunicação entre equipes, o que cria barreiras para o exercício da interdisciplinaridade.

Desafios e facilitadores do trabalho com grupo na RAPS

De acordo com Nunes (et. al., 2022), os principais desafios para o trabalho com grupos na RAPS envolvem desafios éticos relacionados a estigmas e preconceitos entre os participantes (profissionais e usuários da RAPS); limitações do diagnóstico inicial que o usuário traz; dificuldades de interação e de estabelecimento de relações interpessoais no grupo (envolvendo também a desarticulação da equipe multiprofissional), envolvendo indisponibilidade e pouca adesão dos usuários para essa modalidade de atendimento; barreiras de acesso que envolvem, por exemplo, os horários de funcionamento do serviço, que limita a presença dos usuários, a falta de recursos materiais, espaço físico e a falta de profissionais; o desalinhamento ao modelo psicossocial: Aspectos do processo de trabalho da unidade que se aproximam de um modelo ambulatorial e não comunitário; a precarização dos vínculos de trabalho, onde os profissionais são contratados por tempo determinado, dificultando a formação de vínculo entre equipe e usuários; a falta de conhecimento técnico sobre o campo de trabalho com grupos (o que é grupo, processo grupal, leitura de grupo), o que pode culminar em medos e ansiedades em profissionais e as dificuldades para o planejamento grupal, no estabelecimento de critérios de criação dos grupos, das atividades a serem feitas e confusão na definição dos objetivos do grupo.

Já na pesquisa realizada por de Souza e Oliveira (2021), os principais desafios no trabalho com os grupos eram os institucionais, como as demandas burocráticas, que comumente se sobrepõem à criação de dispositivos clínicos, aliada ao investimento limitado, que acarreta escassez de recursos e excesso de atribuições para os profissionais da saúde.

De acordo com Nunes (et. al., 2022), possíveis facilitadores e impulsionadores do trabalho com grupos na RAPS envolvem condições estruturais adequadas, como espaços e materiais adequados; o trabalho em equipe que possibilita a vinculação e interação positiva entre os trabalhadores; a flexibilização da realização dos grupos, como horários e saída do grupo da unidade de saúde para sua realização nos territórios; a percepção dos usuários quanto aos benefícios do grupo em suas vidas; o vínculo entre profissionais e usuários e entre estes últimos e o domínio técnico dos profissionais.

Resultados dos trabalhos com grupos na RAPS

A literatura relatou que o trabalho com grupos trouxe resultados que envolvem a redução de sintomas (MACEDO, SOUZA, 2021), a inserção dos familiares no tratamento do paciente, possibilitando fortalecimento do engajamento e dos vínculos entre usuários e profissionais na RAPS, além da quebra de preconceitos e mitos sobre os TM (ARANTES, PICASSO, SILVA, 2019). Carrapato (2019), relatou que a intervenção com familiares de usuários da RAPS possibilitou a aceitação do diagnóstico pela família e mudou a percepção que estes tinham sobre seus familiares em sofrimento psíquico, abrindo espaço para a construção de autonomia destes. Também foi observado que os familiares perceberam que a medicação isoladamente não promoveria o efeito idealizado pelos familiares como a “cura” e a participação no grupo iniciou um entendimento sobre como lidar com os sintomas de crises e do diagnóstico e com a sexualidade destas pessoas.

Coelho e Veloso (2017), ao realizarem oficinas (um trabalho estruturado em torno de uma questão central que o grupo pretende elaborar) em um CAPS III de Campina Grande tiveram como resultados o estímulo da autonomia e do protagonismo social, bem como o fortalecimento dos laços familiares dos usuários. Os efeitos do grupo operativo pichon-rivieriano realizado por de Souza e Oliveira (2021) foram a melhora no contato interpessoal entre os membros do grupo, a adesão ao tratamento e na atenuação do sofrimento psíquico, além da ampliação da consciência de si e da condição de adoecimento e dos ganhos no que tange ao autoconhecimento. Nunes (et. al., 2022) relata ainda que oficinas terapêuticas podem produzir inúmeros benefícios para os usuários do CAPS, tais como: convivência social e inclusão social, a expressão da subjetividade de formas indiretas (mediadas pela arte e cultura), a manifestação de ideias e emoções que não ocorrem verbal e conscientemente, diminuição do uso de medicamentos e melhoras no padrão do sono.

Oliveira (et. al., 2018) discutiu que os trabalhos de geração e renda através de iniciativas de economia solidária viabilizem a autonomia, a cidadania e a inclusão social do usuário. Nesse sentido, a articulação entre economia solidária e SM na RAPS, oportuniza além da geração de renda, a produção de trocas sociais, a criação de vínculos, o agenciamento de trocas efetivas, a emancipação, a sustentabilidade, o respeito à diversidade e a produção de sentido para si e para o outro, já que se trata de um trabalho coletivo.

Um resultado do trabalho em grupo discutido por

Soares (2021), foi a criação da Rádio/TiVi Piraí, que a princípio era uma oficina terapêutica no interior do centro de convivência da Rede de Atenção Psicossocial do município de Juiz de Fora (MG). A transformação da oficina em uma rádio comunitária se deu pela articulação dos próprios membros do grupo (onde muitos já haviam passado pela experiência de internação manicomial), na intenção de adquirir e espalhar informações sobre a SM na região. A formação da rádio comunitária ainda aproximou acadêmicos dos cursos de comunicação, jornalismo, artes visuais e psicologia de universidades locais, de âmbito público e privado na articulação desse trabalho. A rádio teve como principais resultados a elaboração de quadros que abordam a SM de maneira crítica, desfazendo preconceitos e mitos sobre o sofrimento psíquico entre os municípios da região, além de apoiar manifestações nacionais como o Dia Nacional da Luta Antimanicomial (18 de maio) e o Dia Internacional da Saúde Mental (10 de outubro). Destaca-se abaixo dois quadros mais importantes já realizados: Quadro ‘Antenados da Saúde Mental’ – notícias sobre a Saúde Mental, composto de depoimentos dos próprios participantes, outros usuários da RAPS, trabalhadores e autoridades e Quadro ‘Loucatualidades’ – notícias sobre atualidades de temáticas como direito, cidadania, meio ambiente, problemáticas sociais etc.

Atualmente, a TiVi Piraí tem se consolidado como um ‘Coletivo de Comunicação e Saúde Mental’ e segue não mais voltada a um serviço de saúde mental específico e sim implementando parcerias com espaços socioculturais diferenciados.

DISCUSSÃO

Os resultados encontrados nesta revisão sugerem que as práticas grupais presentes na RAPS estão para além da perspectiva psicoterapêutica-clínica e avançam, em diversos outros processos, a fim de promover autonomia e protagonismo no cuidado integral de usuários da rede. A literatura sugeriu o GO de Pichon-Rivière como uma metodologia presente na RAPS que funciona como um espaço de construção coletiva aberta ao diálogo, ao conflito, e ao equilíbrio entre criatividade e normatividade. A normatividade é mostrada na perspectiva do objetivo do grupo, que deve atender as necessidades em saúde de seus participantes e a criatividade aponta para a liberdade, dentro das relações grupais, para construir e desconstruir modos de ser, saberes e subjetividades, no intuito de promover saúde e promover a construção de ferramentas que auxiliem os participantes na adaptação à realidade

vivida.

O matriciamento foi sugerido como uma perspectiva grupal que também tem características operativas. Nesse sentido, o apoio matricial consiste em uma prática interdisciplinar em que profissionais especialistas de diferentes áreas atuam juntos com profissionais da estratégia de saúde da família, na atenção básica, com vistas a qualificação do cuidado fornecido aos usuários em sofrimento psíquico na atenção básica para a diminuição de encaminhamentos desnecessários (GONÇALVES, PERES, 2018). Assim, o matriciamento pode ser compreendido como um tipo de GO que tem abrangência do tipo ensino-aprendizagem, onde profissionais especialistas, geralmente do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), mas também de profissionais dos CAPS dão apoio pedagógico na atenção básica, mas também acaba funcionando como um GO do tipo institucional, onde profissionais da saúde na RAPS se reúnem para a discussão e aprimoramento dos serviços em SM oferecidos.

As iniciativas de economia solidária emergiram na literatura como práticas grupais que cumprem um papel crucial na reabilitação social de pessoas em sofrimento psíquico, principalmente daquelas pessoas em quadros graves e persistentes ou que sejam egressos de instituições asilares de longa permanência. De acordo com Brasil (2005), a economia solidária e a luta anti-manicomial nascem da mesma matriz – a luta contra a exclusão social e econômica. Dessa maneira, a economia solidária é uma resposta organizada à exclusão do mercado de trabalho, por parte dos excluídos e dos que não desejam uma sociedade movida pela competição. É antes de qualquer coisa uma opção ética, política e ideológica, que se torna prática quando os excluídos constroem empreendimentos produtivos que apontam para uma sociedade marcada pela solidariedade, da qual ninguém é excluído contra vontade. Dessa maneira, a economia solidária e a SM se unem como uma estratégia de reabilitação social disposta na RAPS para pessoas em sofrimento psíquico, e demandam a criação de políticas públicas que favoreçam a inclusão social de usuários da RAPS no mercado de trabalho (MAZARO, MATSUKURA, LUSSI, 2020). Assim, as iniciativas de economia solidária funcionam como uma forma de GO de abrangência institucional, onde o grupo se reúne para o desenvolvimento de estratégias econômicas, que podem ser a elaboração de produtos artesanais para venda, passando pela formulação de serviços e chegando ao objetivo final, que é a reabilitação psicossocial através do acesso ao trabalho e renda.

As estratégias de economia solidária utilizam da

prática grupal chamada “oficinas”. De acordo com Brasil (2004), as oficinas, que são uma das principais formas de tratamento oferecido nos CAPS. As oficinas podem ser compreendidas como uma forma de GO realizadas com a presença e orientação de um ou mais profissionais. Abrangem vários tipos de atividades que podem ser definidas através do interesse dos usuários, das possibilidades dos técnicos do serviço, das necessidades, tendo em vista a maior integração social e familiar, a manifestação de sentimentos e problemas, o desenvolvimento de habilidades corporais, a realização de atividades produtivas e culminam no exercício coletivo da cidadania. De acordo com Costa e Figueiredo (2004), as oficinas são um lugar de reabilitação e aquisição de habilidades para a reabilitação psicossocial.

Nesse ponto, vale destacar a iniciativa da Iniciativa da Rádio/TiVi Pirai (SOARES, 2021), que iniciou como uma oficina terapêutica em 2013 no município de Juiz de Fora e se transformou em um dispositivo comunicacional comunitário sobre temas da SM na região. Dessa forma, observamos que as práticas grupais na RAPS tem o potencial para avançar para além da rede. Nesse caso, a Rádio/TiVi Pirai funciona como um GO de ensino-aprendizagem, onde os profissionais da rádio, que eram egressos do sistema manicomial, divulgavam informações em SM para a comunidade.

A grupoterapia emergiu na literatura como uma prática grupal presente principalmente nos CAPs. Ela consiste em um encontro com finalidades psicoterapêuticas entre um grupo de pessoas com demandas de SM. Dessa maneira, a grupoterapia funciona como um tipo de GO de abrangência terapêutica, onde o objetivo é a atenuação da situação de sofrimento. As grupoterapias são orientadas por uma diversidade de propostas teóricas, mas tem como ponto central o protagonismo de quem participa e a vinculação entre o terapeuta e os membros bem como a vinculação dos membros entre si. No caso desta revisão, observamos que a grupoterapia foi utilizada como tecnologia de intervenção ao sofrimento psíquico como a mania, a esquizofrenia e a depressão, tendo como resultados a atenuação dos sintomas e o engajamento em outros aspectos do tratamento na RAPS. A grupoterapia funciona então como um GO de abrangência comunitária, onde profissionais de saúde promovem intervenções que culminam na integração e incentivo das capacidades grupais.

Por fim, o último tipo de prática grupal se apresentou como um grupo psicoeducativo para familiares, que pode ser entendido como um GO de

ensino-aprendizagem que desmistificou o sofrimento mental, rompendo com estereótipos da loucura, fomentando o fortalecimento dos vínculos e inserindo a família no cuidado integral na RAPS.

CONCLUSÃO

O presente trabalho objetivou analisar a literatura sobre as práticas grupais na RAPS. Encontramos práticas que vão desde o matriciamento, este estritamente para profissionais da RAPS, passando por grupos de apoio, psicoeducativos e psicoterapêuticos. Encontramos também a realização de oficinas e grupos de economia solidária.

A literatura relatou desafios na atuação grupal, que perpassam por questões de formação de profissionais, desde a inicial até a continuada, questões institucionais, como a burocracia das instituições de saúde e a persistência de aspectos do modelo manicomial na RAPS,

mas de maneira geral, a utilização de grupos como metodologia na rede traz mais ganhos do que malefícios, já que possibilitam aos usuários o protagonismo no exercício de sua cidadania.

Cabe ainda, registrar as limitações deste estudo. Observamos que a maioria dos artigos analisados que versavam sobre a utilização de grupos nos atendimentos aos usuários da RAPS eram do formato de relato de experiência e aparentemente, não há problema nisso, mas levantamos a reflexão de que com essa possível inexpressividade de pesquisa com grupos na RAPS, pode-se deixar de lado a potência dessa metodologia, bem como limita sua utilização com pressupostos teóricos clássicos e internacionais, onde pode-se deixar de lado as especificidades do contexto brasileiro em relação a produção de conhecimento de práticas grupais. Sugerimos então, que pesquisas sejam realizadas para que a metodologia grupal seja compreendida e utilizada da melhor maneira possível.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, A. P. E.; VIEIRA, Á. C. de D.; ALMEIDA, F. A. Núcleo de Apoio à Saúde da Família e os desafios para a saúde mental na atenção básica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.29, n. 4, p. e290405, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312019290405>

ARANTES, D. J.; PICASSO, R.; SILVA, E. A. Grupos psicoeducativos com familiares dos usuários de um Centro de Atenção Psicossocial. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São Joao Del-Rei, v. 14, n. 2, p. e1617, 2019. HTTP://PEPSIC.BVSALUD.ORG/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCI_ARTTEXT&PID=S1809-89082019000200006

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

BREAKWELL, G. M. et al. **Métodos de pesquisa em psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CARRAPATO, J. F. L. A importância da atividade em grupo para familiares de pessoas com transtornos mentais em centro de atenção psicossocial – um olhar do terapeuta ocupacional. **Revista SALUSVITA**, Bauru, v.38, n.3, p. 613-627, 2019.

https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/salusvita/salusvita_v38_n3_2019/salusvita_v38_n3_2019_art_04.pdf

CHAZAN, L. F. et. al. O apoio matricial na Atenção Primária em Saúde no município do Rio de Janeiro: uma percepção dos matriciadores com foco na Saúde Mental. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n.2, p.e290212, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312019290212>

COELHO, R. S.; VELÔSO, T. M. G. Oficinas com Usuários de Saúde Mental: a Família como Tema de Reflexão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.37, n. 2, p.489-499, 2017. <https://doi.org/10.1590/1982-3703002612015>

COSTA, C. M.; FIGUEIREDO, A. C. **Oficinas terapêuticas em Saúde Mental: sujeito, produção e cidadania**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. de. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p.223-237, 2019. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000100013&lng=pt&tlng=pt.

SOUZA, V. S.; OLIVEIRA, C. R. M. Grupo autoestima: experiência de grupo operativo em CAPS. **Vínculo**, São Paulo, v.18, n.3, p.25-3, 2021. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v18n3/v18n3a05.pdf>

EVANS, D.; PEARSON, A. Systematic reviews: gatekeepers of nursing knowledge. **Journal of Clinical Nursing**, Nova York, v. 10, n.5, p.593-599, 2001. <https://doi.org/10.1046/j.1365-2702.2001.00517.x>

FARIA, P. F. O.; FERIGATO, S. H.; LUSSI, I. A. O. O apoio matricial na rede de atenção às pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**. São Carlos, v. 28, n. 3, p.931-949, 2020. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1987>

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

GONÇALVES, R. C.; PERES, R. S. Matriciamento em saúde mental: obstáculos, caminhos e resultados. **Revista da SPAGESP**, São Paulo, v. 19, n.2, p.123-136, 2018. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702018000200010&lng=pt&tlng=pt.

GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.22, n. 2, p. 201-210, 2006.

HIRDES, A.; SILVA, M. K. da R. Articulação entre apoio matricial em saúde mental e redes de atenção à saúde. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 22, n.3, p.383-394, 2017. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v22i3.32579>

IGLESIAS, A.; AVELLAR, L. Z. O matriciamento em saúde mental na perspectiva dos gestores. **Mental**, Barbacena, v. 11, n.20, p.63-90, 2017. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272017000100005

IGLESIAS, A.; AVELLAR, L. Z. Matriciamento em Saúde Mental: práticas e concepções trazidas por equipes de referência, matriciadores e gestores. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.24, n.4, p.1247-1254, 2019. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.05362017>

JUCÁ, V. J. dos S. et. al. Atuação psicológica e dispositivos grupais nos centros de atenção psicossocial. **Mental**, Barbacena, v. 8, n. 14, p. 93-113, 2010. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272010000100006&lng=pt&tlng=pt.

LEMOS, S. M. **A inserção da saúde mental na atenção primária: um estudo qualitativo das práticas de profissionais na cidade de Manaus/AM**. Tese. (Doutorado em

Saúde Coletiva). Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, UERJ, 2019.

MACEDO, C. R. de O.; SOUZA, V. S. Grupo de mulheres: um lugar de escuta clínica para mulheres em um centro de atenção psicossocial. **Vínculo**, São Paulo, v.18, n.2, p.1-12, 2021. <http://dx.doi.org/10.32467/issn.19982-1492v18nesp.p544-564>

MAZARO, L. M.; MATSUKURA, T. S.; LUSSI, I. A. de O. Economia solidária como estratégia de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: panorama nacional/Solidarity economy as a social inclusion strategy through work in the field of mental health: national overview. **Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional**, São Carlos, v.28, n.1, p.127-146, 2020. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1880>

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

NUNES, F. C. et. al. Fatores impulsores e restritivos da prática com grupos em serviços comunitários de atenção psicossocial. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.27, n.1, p.183-192, 2022. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.19992021>

OLIVEIRA, F.B. et. al. Articulação das políticas públicas de saúde mental e economia solidária – iniciativas de geração de trabalho e renda. **Holos**, Natal, v.34, n.6, p.130-140, 2018. <https://doi.org/10.15628/holos.2018.5233>

PICHON-RIVIÈRE, E. **A Teoria do Vínculo** (6a ed.). São Paulo: Martins Fontes, 1998a.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O Processo Grupal** (6a ed.). São Paulo: Martins Fontes, 1998b.

SOARES, I. de A. Coletivo TiVi Piraí: saúde mental e comunicação. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.750-761, 2021. <https://doi.org/10.29397/reciis.v15i3.2415>

TENÓRIO, F. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceitos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, vol. 9, n.1, p.25-59, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702002000100003>

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**. Nova York, v.52, n.5, p.546-553, 2005. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>